

Ética e regulamentação na pesquisa antropológica

Soraya Fleischer e Patrice Schuch [Orgs.]

Rosana Castro, Daniel Simões e Bruna Seixas [Colaboradores]

Brasília

2010

LETRAS  LIVRES

EDITORA

UnB

© 2010 LetrasLivres.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1ª edição – 2010 – 400 exemplares

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa promulgado pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Coordenação Editorial
Fabiana Paranhos e Sandra Costa

Revisão de Língua Portuguesa
Ana Terra Mejia Munhoz

Coordenação de Tecnologia
João Neves

Foto da Capa
Johan Hazenbroek
stock.xcimg

Preparação dos Originais e Revisão

Soraya Fleischer

Arte da Capa
Ramon Navarro

Patrice Schuch

Rosana Castro

Daniel Simões

Bruna Seixas

Editoração Eletrônica e Layout

Lilian Silva

Apoio financeiro

O projeto que deu origem a esta publicação foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) e pelo Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB).

Apoio para a realização do seminário Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Departamento de Antropologia (DAN), Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver), Departamento de Sociologia (SOL) e Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

Fleischer, Soraya. (Org.)

Ética e regulamentação na pesquisa antropológica / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: LetrasLivres : Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

Conteúdo: Esta obra é o resultado do evento "Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica", realizado na Universidade de Brasília em 12 e 13 de novembro de 2009. O livro mantém o formato de apresentação do evento e é dividido nas seguintes partes: Parte I: Panorama da discussão sobre ética em pesquisa na antropologia; Parte II: Experiências concretas com a regulamentação externa à pesquisa em antropologia e sociologia; Parte III: A perspectiva dos órgãos regulamentadores. Cada parte possui diversos capítulos seguidos de um comentário que debate as ideias neles contidas.

ISBN 978-85-98070-24-7

ISBN 978-85-230-1246-5

1. Pesquisa com seres humanos, aspectos éticos e morais. 2. Pesquisa em ciências sociais e humanidades, aspectos éticos e morais. 3. Pesquisa em antropologia. 4. Pesquisa em sociologia. 5. Pesquisa em saúde, análise comparativa. 6. Pesquisa social e qualitativa, aspectos éticos e morais. 7. Pesquisa com seres humanos, regulamentação – Brasil. 8. Órgãos de regulamentação em pesquisa – Brasil. 9. Comitês de ética em pesquisa – Brasil. I. Schuch, Patrice (Org.). II. Castro, Rosana (Colab.). III. Seixas, Bruna (Colab.). IV. Simões, Daniel (Colab.). V. Oliveira, Luis Roberto Cardoso de. VI. Fonseca, Claudia. VII. Bevilacqua, Ciméa Barbato. VIII. Schuch, Patrice. IX. Porto, Dora. X. Vieira, Fernanda Bittencourt. XI. Ferreira, Luciane Ouriques. XII. Lima, Raquel. XIII. Fleischer, Soraya. XIV. Diniz, Debora. XV. Guilhem, Dirce. XVI. Novaes, Maria Rita Carvalho Garbi. XVII. Amorim, Elaine. XVIII. Alves, Kênia. XIX. Schettino, Marco Paulo Fróes. XX. Bermúdez, Ximena Pamela.

CDD 174.93
CDU 179.7: 69

Todos os direitos reservados à Editora LetrasLivres, um projeto cultural da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
Caixa Postal 8011 – CEP 70.673-970 Brasília-DF
Tel/Fax: 55 (61) 3343.1731
letraslivres@anis.org.br | www.anis.org.br

A versão em PDF desta obra está hospedada para download gratuito no link: http://www.anis.org.br/arquivos_etica_antropologica.pdf.

A LetrasLivres é filiada à Câmara Brasileira do Livro.

Foi feito depósito legal.

Impresso no Brasil.

Sumário

APRESENTAÇÃO: ANTROPOLOGIA, ÉTICA E REGULAMENTAÇÃO

Soraya Fleischer e Patrice Schuch.....09

PARTE I: PANORAMA DA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA EM PESQUISA NA ANTROPOLOGIA

1. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas
Luis Roberto Cardoso de Oliveira.....25
2. Que ética? Que ciência? Que sociedade?
Claudia Fonseca.....39
3. Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais
Ciméa Barbato Bevilaqua.....71
4. Comentário: Multiplicando perspectivas e construindo verdades parciais
Patrice Schuch.....91

PARTE II: EXPERIÊNCIAS CONCRETAS COM A REGULAMENTAÇÃO EXTERNA À PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA

1. Relato de uma experiência concreta com a perspectiva das ciências da saúde: construindo o *anthropological blues*
Dora Porto.....101
2. Desencontros e descaminhos de uma pesquisa sociológica em um hospital público
Fernanda Bittencourt Vieira.....127
3. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo
Luciane Ouriques Ferreira.....141
4. Até onde funciona? Uma breve reflexão sobre a atuação dos comitês de ética em pesquisa no estudo antropológico em saúde
Raquel Lima.....159
5. Comentário: "Para quem os antropólogos falam?"
Soraya Fleischer.....171

PARTE III: A PERSPECTIVA DOS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES

1. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil
Debora Diniz.....183
2. A ética na pesquisa antropológica no campo pericial
Elaine Amorim, Kênia Alves e Marco Paulo Fróes Schettino.....193
3. Ética e pesquisa social em saúde
Dirce Guilhem e Maria Rita Carvalho Garbi Novaes.....217
4. Comentário: Métodos, regulação e multidisciplinaridade nos comitês de ética em pesquisa
Ximena Pamela Bermúdez.....237

SOBRE OS AUTORES E COLABORADORES.....243



..... PARTE II:
EXPERIÊNCIAS CONCRETAS
COM A REGULAMENTAÇÃO EXTERNA
À PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA

COMENTÁRIO

“Para quem os antropólogos falam?”

Soraya Fleischer

Lima queria entender o mundo da intersexualidade à luz das rotinas biomédicas. Vieira desejava conhecer a introdução das novas tecnologias reprodutivas nos serviços públicos de saúde. Em uma de suas pesquisas, Porto se interessava por compreender a experiência de mulheres em trabalho de parto no centro obstétrico de um hospital regional. Ferreira contou como foi realizar pesquisas e consultorias sobre o alcoolismo entre os Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul. As três primeiras autoras se referem a instituições de saúde pública do Distrito Federal; a quarta descreve situações vividas na região Sul do país. Mas todas vêm nos contar sobre a presença da sociologia e da antropologia no campo da saúde, dos profissionais biomédicos, dos ambientes e protocolos hospitalares e sanitários.

A reunião desses relatos teve objetivo duplo: por um lado, eles oferecem casos e vivências muito concretos de discussão sobre ética em pesquisa e sobre contatos com diferentes fontes regulamentadoras; por outro lado, trazem as experiências de suas autoras na aproximação e nas tentativas de diálogo especificamente com comitês de ética

em pesquisa, etapa inevitável para todos os pesquisadores que desejam situar seus focos dentro de serviços de saúde. Essas são duas particularidades desta segunda parte do livro e, neste comentário, priorizarei alguns dos *insights* e lições com que as autoras nos brindam a partir do contato que tiveram com colegas e autoridades do campo da saúde. Primeiro, comentarei as ideias que surgiram pelo fato de as ciências sociais entrarem em contato e conviverem, em alguma medida, com as áreas da saúde. Em seguida, tecerei breves apontamentos sobre o uso, tão recomendado pelos comitês de ética, do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Porto relatou que, nesses últimos anos em que tem convivido com as ciências da saúde e a bioética, onde fez especialização, mestrado, doutorado e agora trabalha profissionalmente, sentiu uma intensa sensação de incômodo que, com o tempo, percebeu, se transformou em uma oportunidade. O que ela, no início, denominou de “não lugar” se tornou, depois de quase uma década, um “lugar”. Considero que essa presença nas fronteiras disciplinares oferece uma perspectiva que pode ser muito benéfica para o nosso debate sobre os comitês de ética em pesquisa, por exemplo. É a experiência próxima do outro que permite que se conheçam as complexidades e os detalhes dessa lógica diferente; e, nesse “lugar”, uma antropóloga atuando com o tema da saúde pode operar trânsitos profícuos que alimentam e avançam o debate. Em vez de manter-se em seu lugar de origem, apenas tecendo críticas e manifestando queixas a respeito de uma possível sensação de não adequação, não diálogo, não pertencimento, a autora nos ofereceu *insights* preciosos para entender essa outra lógica, tão estranha aos nossos olhos leigos. É desse trânsito que podem nascer possibilidades de entendimento mútuo e adaptações para que os diferentes campos disciplinares envolvidos se sintam contemplados e, mais importante, compreendidos em suas metodologias de pesquisa, em sua convivência com os interlocutores em campo, em sua ética profissional, em sua divulgação de resultados etc.

Não se deseja apenas um aval para que a pesquisa possa ser desenvolvida. Porto foi além:

Com o instrumental básico da antropologia lancei-me em campo como pesquisadora sobre a área da saúde, sendo capaz agora não apenas de descrever uma experiência concreta de regulamentação de pesquisa, mas também de tecer algumas considerações a respeito das razões que podem estar condicionando os impasses e conflitos observados.

Assim, uma das estratégias seguidas por Porto foi fazer uma sociologia do grupo de profissionais de saúde. Não julgo que esse esforço seja necessário a cada vez que um cientista social escolhe estudar o universo da saúde. Mas a dica de Porto é importante: não podemos perder de vista que as regras, os discursos, as hierarquias e os tempos encontrados por nós em hospitais e centros de saúde, mesmo nas etapas mais iniciais da pesquisa, estão inseridos em contextos construídos por grupos que historicamente se tornaram hegemônicos. Dificuldades e impedimentos semelhantes têm sido encontrados por antropólogos realizando pesquisas em outros grupos empoderados, como juízes, delegados, parlamentares, CEOs de grandes empresas, gestores governamentais, cientistas e diretores de grandes laboratórios etc. A consideração sociológica sobre esses atores não pode passar despercebida de nossas atenções e intenções metodológicas.

Nesse comprometido interesse em entender este "outro" que nos concede, por vezes, além de tempo e entrevistas, total acesso ao cenário hospitalar, Porto sistematizou alguns dos pressupostos do pensamento biomédico que foram igualmente vivenciados por Vieira, Lima e Ferreira. Entre eles, resalto que esse "outro":

- a) pode não perceber "no conhecimento das ciências sociais uma aplicação prática imediata";
- b) pode pensar que "a observação, por exemplo, não é uma técnica de pesquisa";
- c) aferra-se "aos números, como se sua existência garantisse a veracidade do trabalho".

É essa etnografia da epistemologia do pensamento científico de professores e colegas da área da saúde, diretores de unidades hospitalares e membros de comitês

de ética que pode nos ajudar, por um lado, a perceber como há e quais são os intensos estranhamentos que esses outros interlocutores mantêm sobre nossa prática; e, por outro, a evitar supor que a antropologia, por exemplo, deva ser compreendida de imediato por públicos externos. Esse esforço de compreensão da alteridade – que fazemos “com as mãos nas costas” em nossos contextos etnográficos – pode nos auxiliar a encontrar formas mais claras de comunicar nosso *modus operandi* metodológico a esses outros públicos, que, muitas vezes, não esperávamos encontrar.

O desafio proposto por essas quatro autoras é deixarmos nossas zonas de conforto disciplinar e esmerarmos na capacidade de vocalizar mais eficientemente nossas autorrepresentações para esses públicos. É preciso lembrar que “etnografia”, “Malinowski”, “trabalho de campo”, “*anthropological blues*” são ideias muito familiares em nosso jargão, como também outros profissionais devem ter seus jargões possivelmente incompreensíveis para nós. Em vez de esperar que todos os outros façam esforço para nos entender – reforçando muitas vezes as hierarquias sobre as quais somos tão críticos –, invertamos essa expectativa e inventemos formas de nos autotraduzir. E não nos iludamos, pois, como afirma Porto, “falar para outras áreas pode ser bastante difícil, porque é preciso conhecer a lógica e o idioma alheios para se fazer compreendido. É preciso ter um dicionário de palavras nativas e um mínimo repertório de palavras comuns”. Nesse sentido, a instauração dos comitês de ética em pesquisa desde o final da década de 1990 tem sido um desafio que possibilita ensaiarmos progressivamente esses diálogos e convivências.

Nesse esforço de autorrepresentação e/ou autotradução, desde as primeiras etapas da pesquisa – como na escrita do projeto que será enviado a um financiador ou a um comitê de ética em pesquisa (CEP) –, o que resulta não é só uma antropologia esmiuçada para públicos externos, mas sobretudo o produto de um diálogo já iniciado com essas outras áreas. Quer dizer, nossa “esquisitice” – sim, é assim que possivelmente aparecemos para nossos colegas biomédicos – pode levantar espelhos e refrações inesperadas para esses interlocutores e, por vezes, órgãos

regulamentadores. Digo refrações porque, pela diferença, jogamos luz comparativa e questionadora sobre as regras e lógicas biomédicas. Inadvertidamente ou não, oferecemos *feedback* sobre as regras que um CEP criou, ou os protocolos de circulação de um centro de saúde, ou as hierarquias estabelecidas entre profissionais seniores e juniores ou entre médicos e pacientes, por exemplo. Nossa presença, pensada e autorrepresentada, incita ambas as partes a se reverem. Nem sempre, claro, essas provocações se converterão em mudanças e adaptações para contemplar a aproximação de uma maior diversidade de pesquisadores. Mas podem ser os primeiros passos de um diálogo mais fluido, do qual talvez só gerações futuras se beneficiem.

Porém, encontramos revezes nessas tentativas de diálogo, como vimos nos capítulos de Lima e Vieira. Algumas vezes nossa posição, direta ou indiretamente crítica, pode ser mal recebida. Em vez de abrir possibilidades de entendimento mútuo, reforçam a concentração de poder que alguns órgãos regulamentadores acreditam deter. Nos capítulos desta segunda parte do livro, há narrativas de várias exigências nos pareceres emitidos pelos comitês de ética que não diziam respeito a questões éticas das pesquisas propostas, mas pediam mudanças nos aspectos metodológicos e de mérito científico. Lima, por exemplo, relatou que, na resposta que obtive de um CEP do Distrito Federal,

não foi levantada qualquer ressalva sobre o direito do profissional (médico) de não ser observado em serviço, sobre o hiato semântico entre entrevistadora e entrevistado, a necessidade de respeitar a vontade e a privacidade dos participantes (aparentemente, o material apresentado se mostrava eficaz em garantir todas essas questões), mas havia *um comentário veemente sobre dez sujeitos entrevistados serem numericamente irrelevantes para uma pesquisa antropológica* (grifo meu).

A incompreensão dos objetivos de Lima a fez desistir de continuar respondendo ao CEP. Já Vieira, diante de exigências semelhantes, elaborou uma carta respondendo ao parecer do CEP, onde constavam críticas duras ao

mesmo. Mas o CEP, em vez de rebater as críticas de Vieira, de rephrasear o que foi pedido ou, na melhor hipótese, reconhecer o abuso de autoridade do parecer inicial, simplesmente “recolheu a bola e deixou o campo”: sugeri que a pesquisadora retirasse seu projeto do CEP. Esse é um caso extremo de incomunicabilidade entre duas áreas, sem qualquer disposição de escuta e diálogo por parte de quem detém o poder de aprovar e conferir acesso para uma pesquisa acontecer.

Passo agora ao segundo ponto deste comentário. Vejamos três trechos particularmente eloquentes do artigo de Ferreira:

É preciso adequar o consentimento livre e esclarecido às realidades da pesquisa antropológica, estabelecendo procedimentos que estejam fundados no diálogo e na reflexão ética como constitutivos da relação de pesquisa. Não podemos considerar como ético o consentimento livre e esclarecido em que as pessoas não entendem com o que estão consentindo.

[...] Dessa forma, podemos evitar situações em que as questões formuladas pelo pesquisador são incompatíveis com o sistema de comunicação nativo. Isso é o que ocorre nas ocasiões de solicitação do consentimento livre e esclarecido.

[...] No processo de negociação do consentimento para a realização da pesquisa, lideranças e comunidades indígenas avaliam os benefícios e as possibilidades de ganho – seja econômico, seja no incremento do prestígio e do poder – que podem advir da pesquisa e da presença do antropólogo em campo. Geralmente o que o antropólogo tem a oferecer aos participantes da pesquisa é o comprometimento com a causa e a boa vontade para ajudar no que for possível. Nesse sentido, a ação assume a forma de um serviço a ser trocado com as comunidades indígenas que auxiliarão o pesquisador no empreendimento etnográfico. Por meio da interação, as relações de reciprocidade necessárias para a manutenção do trabalho de campo são atualizadas. É comum que, em pesquisas com povos indígenas, a ação do antropólogo seja a condição para realizar o trabalho etnográfico.

Escolhi esses trechos para comentar rapidamente sobre o uso do TCLE. No entendimento dos comitês de

ética, essa é uma ferramenta tida como central pelo fato de se acreditar que ela é capaz de garantir (para os dois lados, pesquisador e pesquisado) que os pesquisados estejam inteiramente informados do estudo que se inicia (Brasil, 1996). Ferreira nos lembra que pode ser que o consentimento não seja apenas uma pessoa concordar em participar da pesquisa. Primeiro, o que está em jogo é a permissão da presença do pesquisador, não se o sujeito deseja participar da pesquisa. É a realização da pesquisa que é autorizada pela pessoa ou sua comunidade, assim como o CEP faz quando aprova inicialmente o projeto. Segundo, em muitos casos, é a comunidade, uma esfera coletiva, que decide se a pesquisa pode acontecer. Assim, consentimentos individuais significam muito pouco. Terceiro e, a meu ver, mais importante, consentir pode significar aceitar iniciar uma relação de reciprocidade em que a presença do pesquisador é tolerada, mas algo além da própria pesquisa precisa ser oferecido. Assim, se um lado consente, o outro lado, o pesquisador em questão, também precisa se implicar e consentir em participar e retribuir. Essa forma de encarar a chegada e presença de um pesquisador evidencia como negociações se apresentam a todo momento em campo, na forma de uma sucessão de pequenos acordos de respeito e reconhecimento.

Esse quadro reequilibra as forças, e “pesquisados” viram definitivamente sujeitos ou participantes, assim como o pesquisador o foi desde o início. O TCLE, nos termos clássicos, caduca porque não é capaz de compreender essas outras lógicas de relacionamento que podemos encontrar em campo. Claro, idealmente, termos, consentimentos, liberdades e esclarecimentos vão sempre pautar as relações em campo, mas de forma culturalmente localizada e mais complexa e continuada do que a assinatura datada de um papel burocrático. Ferreira resume essa ideia: “Agir eticamente significaria respeitar as regras acordadas entre interlocutores que, menos imbuídos de verdades, negociam pontos de vista”.

Vale resgatar alguns outros exemplos já registrados da inviabilidade e/ou inadequação do TCLE nas pesquisas qualitativas. Heilborn (2004) nos lembra como foi difícil usar “papéis assináveis” em morros cariocas, onde o papel é identificado com a burocracia da polícia e do Estado

repressivo. As pessoas ficavam desconfiadas do que estariam assinando e acabavam por se fechar à pesquisa. A leitura em voz alta do TCLE, por parte do antropólogo, e uma concordância, por parte do morador, ambos ditos em voz alta e gravados, foram uma saída para encontrar algum tipo de acordo formal e tocar o empreendimento de pesquisa. Essa mesma estratégia tem sido usada para grupos não letrados ou não familiarizados com a língua portuguesa.

Vejamos rapidamente outro exemplo: Taquette (2009), pesquisando a sexualidade de jovens mulheres menores de 18 anos também em favelas da cidade do Rio de Janeiro, percebeu que seria impossível que os responsáveis por essas moças assinassem o TCLE, porque mal sabiam que elas já haviam iniciado sua vida sexual. O TCLE criaria conflitos entre gerações e certamente paralisaria o contato com as adolescentes e a progressão da pesquisa. Então,

para sanar este problema, recorreu-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preconiza que os direitos básicos de saúde e liberdade predominam sobre qualquer outro que possa prejudicá-lo. Portanto, nesse caso, a adolescente tem o direito de ser atendida sozinha, sem a presença dos pais ou responsáveis, e de realizar os exames laboratoriais que julgar benéficos (Taquette, 2009, p. 23).

Nesse caso, outro documento, o ECA, foi utilizado de forma mais eficiente do que a Resolução CNS 196/1996.

À luz das experiências trazidas por Ferreira e por Heilborn (2004) e Taquette (2009), penso que as consequências dessa problematização do consentimento são, a princípio, duas, mas imagino que muitas outras possam surgir desse debate. Primeiro, fica claro como a tradicional forma de preencher o TCLE, de acordo com a sugestão da Resolução CNS 196/1996, logo no início da relação com o sujeito e antes de qualquer convivência, entrevista ou questionário, nem sempre será exitosa. Segundo, é preciso que os comitês de ética e a própria Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) compreendam que há uma diversidade, sempre localmente definida, de entendimentos da ideia de consentimento e que os formulários e os trâmites nesses

fóruns de debate ético precisam contemplar outras formas de negociação entre o pesquisador e seus interlocutores. O mais importante é compreenderem que essas diferenças e, por vezes, adaptações do TCLE não equivalem a atalhos antiéticos ou uma desresponsabilização por parte do pesquisador.

E aqui, novamente, estamos abordando o “falar”. Como apresentar um TCLE clássico a uma pessoa não familiarizada com o *ethos* acadêmico? Como empreender outras formas de explicação dos objetivos e expectativas de uma pesquisa para que algum tipo de consentimento e negociação comece a se dar? Será que acordos firmados formal e inicialmente são suficientes para contemplar a densidade de relacionamento que geralmente se configura em pesquisas etnográficas? Como ter contempladas como legítimas, em relatórios finais aos comitês de ética, as descrições das dificuldades específicas encontradas em campo no quesito TCLE ou outro tipo de consentimento?

Se na primeira parte deste comentário enfatizei o nosso “falar” com aqueles que nos leem e avaliam academicamente, em comitês de ética em pesquisa e hospitais, nesta segunda parte, trouxe uma breve anotação sobre um falar a respeito de nosso fazer em uma etapa subsequente, que se inicia quando chegamos ao campo de pesquisa, diante de interlocutores individuais e comunitários. Falamos tanto para aqueles que vão nos dar acesso às dependências de um hospital quanto para aqueles que vão nos dar acesso às suas vidas, cozinhas, aldeias, mitos, sentimentos etc. Propositadamente, nomeei este comentário com uma expressão usada no artigo de Porto. Começar com essa pergunta, “para quem falamos, afinal?”, é um ótimo pontapé para pensar sobre nossa prática e nossas sucessivas autorrepresentações.

Entre nossas técnicas acumuladas e socializadas, entre nossas reflexões publicadas, temos muito mais experiências – de sucesso ou não – de diálogo com os próprios nativos do que com os *stakeholders* da burocracia cientificista. Esses quatro capítulos trazem registros de ambos os tipos de encontro: Ferreira enfatizou as negociações e autotraduções de suas intenções antropológicas com os participantes da pesquisa, enquanto Lima, Vieira e Porto nos brindaram com registros dos encontros com membros de comitês de ética

em pesquisa e autoridades universitárias. Por fim, sugiro que investimento seja feito para reflexivamente registrar mais e mais os (des)encontros com o grupo do segundo tipo. É preciso também que adensem essa literatura para avançarmos em reflexões sobre ética em pesquisa e sobre, especificamente, as ocasiões em que falamos para – e, eventualmente, ouvimos dos – profissionais, administradores e cientistas das áreas da saúde que nos facultam entrada em seus campos de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução 196/1996: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 1996.

HEILBORN, M. L. Antropologia e saúde: considerações éticas e conciliação multidisciplinar. In: VÍCTORA, C. *et al.* (Org.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 57-64.

TAQUETTE, S. Introdução. In: _____. (Org.). Aids e juventude: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. p. 21-28.